

Dyogo Oliveira defende integração entre governos, mercado financeiro e setor segurador para ampliar a resiliência climática**Dyogo Oliveira na abertura do evento**

O aumento da frequência de eventos climáticos extremos e das perdas econômicas associadas a desastres naturais colocou a adaptação climática no centro das discussões do Insurance, Climate & Nature Dialogue, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e o Instituto Clima e Sociedade (iCS), com apoio da Marsh, nesta quarta-feira (24), em Londres. O encontro reuniu representantes do mercado segurador, organismos multilaterais, instituições financeiras e especialistas para discutir o papel do seguro na construção da resiliência econômica diante das mudanças climáticas.

Na abertura do evento, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que os impactos climáticos já são percebidos em diferentes segmentos do mercado segurador, como os seguros agrícola, patrimonial e de saúde. “O setor de seguros percebe com clareza o impacto das mudanças climáticas no aumento da sinistralidade, no aumento do pagamento de indenizações e na frequência dos eventos extremos”, afirmou.

Segundo Oliveira, além de desenvolver novas soluções, é necessário acelerar a implementação de mecanismos já adotados em países como Reino Unido, França, Espanha, México e nações do Caribe. “Muitas vezes a discussão fica concentrada na necessidade de criar coisas novas. Mas também precisamos olhar para a implementação de soluções que já existem e podem ser adaptadas para diferentes contextos”, disse.

Os debates destacaram que os riscos climáticos passaram a influenciar diretamente decisões de crédito, investimentos, precificação de ativos e solvência financeira. Piera Tortora, da OCDE, alertou que governos, instituições financeiras e seguradoras ainda trabalham de forma fragmentada. A avaliação foi reforçada por especialistas da Systemiq e da London School of Economics (LSE), que defenderam maior integração entre os agentes envolvidos na gestão de riscos.

A qualidade dos dados foi apontada como um dos principais desafios. Felipe Faria, da Systemiq, apresentou estudo realizado com instituições financeiras brasileiras e europeias que identificou limitações na disponibilidade de dados, dificuldades metodológicas para transformar riscos climáticos em métricas financeiras e baixa integração entre regulação e economia real.

Segundo ele, o setor de seguros possui experiência consolidada na modelagem de riscos catastróficos e pode contribuir para que bancos e investidores incorporem melhor os riscos climáticos em seus processos de decisão.

Seguro além da indenização**Composição do primeiro painel do evento: Sérgio Gusmão Suchodolski, Piera Tortora, Tom Tayler, Pedro Farme d'Amoed e Felipe Aguiar**

Outro tema recorrente foi a necessidade de ampliar o papel do seguro para além da compensação financeira após um desastre. O CEO da Guy Carpenter Brasil, Pedro Farme d'Amoed, defendeu uma atuação mais preventiva do setor. Segundo ele, o mercado global de seguros e resseguros absorve mais de US\$ 100 bilhões por ano em perdas associadas a catástrofes naturais, mas os investimentos em prevenção continuam sendo a forma mais eficiente de reduzir impactos econômicos.

O executivo também chamou atenção para o chamado “gap de proteção”, diferença entre as

perdas econômicas totais e aquelas efetivamente cobertas por seguros, realidade evidenciada em eventos recentes como as enchentes no Rio Grande do Sul.

Agricultura

A agricultura foi apontada como um dos setores mais expostos às mudanças climáticas. Os participantes defenderam que práticas de adaptação e resiliência precisam ser incorporadas aos modelos de crédito, seguro e investimento.

Ana Pelaez, da Risklayer, apresentou estudo realizado para a União Europeia que avaliou riscos climáticos para a agricultura nos 27 países do bloco. Segundo ela, a principal tarefa agora é transformar os ganhos de resiliência em métricas econômicas capazes de orientar decisões financeiras.

Para a especialista, medidas como agricultura regenerativa, conservação do solo e proteção da biodiversidade precisam ser quantificadas para que possam influenciar o acesso a financiamento e ampliar a segurabilidade dos riscos.

O segundo painel destacou o papel da natureza como instrumento de adaptação climática. Ahad Khalid, líder global de Energia e Renováveis da Allianz, afirmou que as perdas globais relacionadas a catástrofes naturais alcançaram cerca de US\$ 318 bilhões recentemente, sendo que menos da metade estava segurada.

Segundo ele, ativos naturais como manguezais, áreas úmidas e cobertura vegetal urbana devem ser considerados parte da infraestrutura de proteção econômica por sua capacidade de reduzir impactos de enchentes, ondas de calor e incêndios florestais.



Composição do Segundo painel: Claudia Prates, Ahad Khalid, Ana Pelaez Rui Esteves e Saurabh Sharma

A visão foi reforçada por Saurabh Sharma, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que defendeu que biodiversidade e conservação ambiental deixem de ser tratadas apenas como pautas de sustentabilidade e passem a integrar a estratégia central de gestão de riscos das organizações.

Outro ponto de destaque foi a preocupação com a capacidade futura de cobertura dos riscos climáticos. Rui Esteves, diretor de Estatística e Estudos Técnicos da Fidelidade, defendeu que as seguradoras avancem de um modelo focado na indenização para uma atuação voltada à consultoria em gestão de riscos.

Segundo ele, a preservação da segurabilidade dependerá do aprimoramento dos modelos de risco, da ampliação da cultura de prevenção e da redução do gap de proteção.

Mecanismos de mitigação de riscos podem ampliar investimentos em adaptação

O terceiro painel concentrou as discussões em instrumentos financeiros capazes de ampliar o fluxo de investimentos para projetos de adaptação climática e soluções baseadas na natureza. A avaliação dos participantes foi de que o desafio atual não está na escassez de capital, mas na criação de mecanismos que reduzam riscos e tornem esses projetos mais atrativos para investidores.

Maria Netto, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), destacou que diferentes iniciativas de adaptação enfrentam barreiras relacionadas ao prazo de retorno dos investimentos e à percepção de risco. Segundo ela, mecanismos de garantia, seguros e modelos de compartilhamento de riscos podem ampliar a participação do capital privado.



Composição do terceiro painel: Amanda Brasil, Maria Netto, Martha de Sá, Samuel Brown e Fabio Jose Fagundes

Como exemplo, citou iniciativas voltadas à restauração florestal no Brasil, que combinam contratos de compra de créditos de carbono, financiamento público e instrumentos de proteção contra riscos, como incêndios. Para ela, o seguro também pode incentivar práticas mais resilientes ao incorporar a precificação dos riscos climáticos nas operações de financiamento ao agronegócio.

Martha de Sá, fundadora e CEO da Violet, afirmou que o desafio passa pela estruturação de modelos financeiros capazes de conectar diferentes fontes de capital. Segundo ela, fundos híbridos, garantias e mecanismos de assistência técnica têm permitido ampliar o acesso de pequenos produtores rurais ao crédito, além de tornar projetos de restauração ambiental mais atrativos para investidores.

Representando o IDB Invest, Fabio José Fagundes afirmou que há liquidez suficiente no mercado internacional para financiar projetos de adaptação climática. Segundo ele, o principal desafio é transformar essas iniciativas em projetos capazes de atender às exigências dos investidores institucionais.

"O dinheiro está disponível. O desafio é conectar esse capital às necessidades da região por meio de projetos estruturados, com regras claras, boa precificação de riscos e instrumentos que reduzam a percepção de risco dos investidores", afirmou.

Samuel Brown, da NatureFinance, destacou que o seguro pode assumir um papel que vai além da transferência de riscos. Segundo ele, mecanismos como seguros paramétricos vinculados a indicadores de desempenho ambiental podem incentivar produtores a manter práticas de agricultura regenerativa, fortalecendo simultaneamente a resiliência climática e a conservação da natureza.

Cooperação internacional

No encerramento do encontro, a diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, destacou que a adaptação climática ganhou espaço na agenda internacional e que o setor segurador vem assumindo um papel cada vez mais ativo nesse debate.

Segundo ela, a parceria entre a CNseg e o Instituto Clima e Sociedade (iCS) tem contribuído para aproximar seguradoras, instituições financeiras, empresas e organizações da sociedade civil em torno da produção de dados, da gestão de riscos e da estruturação de projetos voltados à mitigação e à resiliência climática.

A diretora executiva do iCS, Maria Netto, afirmou que os impactos das mudanças climáticas tornam urgente o desenvolvimento de mecanismos capazes de ampliar os investimentos em adaptação. Ela destacou que experiências recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul, evidenciam o elevado custo econômico da baixa cobertura securitária e da insuficiente integração entre gestão de riscos, planejamento e financiamento da resiliência.

Para Maria Netto, o Brasil reúne condições para avançar nessa agenda graças à maturidade de seu mercado financeiro, mas a evolução dependerá da cooperação entre governos, seguradoras, investidores e organismos internacionais. Segundo ela, ampliar o diálogo e compartilhar experiências será fundamental para acelerar a implementação de soluções diante dos impactos crescentes das mudanças climáticas.

Fonte: CNseg, em 25.06.2026.